

## Ritmo da Construção da Integridade Acelerado pelo CCAC, Qualidade e Eficácia Reforçadas pelo CA



Em 2023, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC), aproveitando a ocasião da recuperação pós-pandemia, envidou esforços para procurar fazer o melhor nos trabalhos relativos à integridade, acelerando ao mesmo tempo os passos necessários para avançar na construção de uma sociedade íntegra.

O CCAC procedeu à investigação e tratamento de diversos casos no âmbito do combate à corrupção, nomeadamente, à investigação de um caso suspeito de pedido para a fixação de residência por investimento em imóveis com informações falsas, tendo sido verificado que o procurador-adjunto titular do processo era suspeito de ter prestado apoio ilícito a indivíduos sujeitos a investigação em casos criminais. Por outro lado, foram resolvidos vários casos em que diversas sociedades prestadoras de serviços de segurança tinham burlado o Governo e praticado actos de corrupção; e foram investigados e tratados vários casos relativos à falsificação de registos de assiduidade de trabalhadores da função pública. Devido à implementação de estratégias simultâneas de combate e prevenção da corrupção pelo CCAC, registou-se, em 2023, uma descida considerável dos casos de burla para obtenção de subsídios do Governo, os quais vinham surgindo frequentemente sob variadas formas.

No âmbito dos trabalhos da provedoria de justiça, através do regime de fiscalização subsequente, o CCAC tem vindo a fiscalizar, de forma contínua, a situação dos trabalhos com vista à melhoria da acção governativa por parte dos serviços ou órgãos competentes, tendo sido atingidos resultados significativos. Por outro lado, no contexto da investigação de alguns

casos da área da provedoria de justiça, o CCAC tem vindo a analisar, de forma constante, em conjunto com a Administração, questões relacionadas com a interpretação correcta de diferentes regimes e normas constantes das legislações aplicáveis. Além disso, procedeu activamente ao aumento da transparência dos trabalhos e ao incentivo à autoconfiança da Administração, designadamente através da publicação atempada dos resultados da investigação de mais casos da provedoria de justiça e do reconhecimento de práticas legais e razoáveis da Administração.

Em 2023, o CCAC recebeu um total de 1616 pedidos de consulta e de informação e 701 queixas, denúncias e fontes de notícia. De entre as queixas ou denúncias, depois de algumas delas terem sido tratadas em conjunto por terem conteúdo semelhante, 102 e 123 casos foram respectivamente encaminhados para a Direcção dos Serviços contra a Corrupção (DSCC) e para a Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça (DSPJ), por reunirem condições para serem instruídos. Por outro lado, 387 casos foram encaminhados para efeitos de tratamento no Centro de Gestão de Queixas por não reunirem condições para serem instruídos, dos quais 214 foram directamente arquivados e 173 encaminhados para os serviços competentes para efeitos de acompanhamento.

Juntando os casos transitados do ano de 2022, o CCAC concluiu, em 2023, um total de 238 processos de investigação, dos quais 87 foram concluídos pela DSCC (incluindo 71 casos de combate à corrupção e 16 casos de cooperação na investigação), nove foram encaminhados para o Ministério Público e os restantes foram arquivados. Relativamente aos 151 casos concluídos pela DSPJ, 30 foram concluídos tendo os respectivos serviços adoptado medidas de aperfeiçoamento da acção governativa e optimizado os respectivos trabalhos, e cinco foram integrados na lista do sistema de “olhar em retrospectiva” para subsequente fiscalização.

Em 2023, o CCAC acompanhou e instruiu um total de 31 casos de apoio à investigação por solicitação de entidades homólogas do exterior, de entre os quais 16 foram dados como findos, estando os restantes 15 ainda a ser acompanhados. Por sua vez, o CCAC, apresentou dez pedidos de apoio à investigação a entidades homólogas do exterior, nomeadamente a autoridades do Interior da China e à Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong.

No âmbito da sensibilização, o CCAC organizou, ao longo do ano, um total de 605 actividades, palestras e colóquios de diversos tipos, que contaram com a participação de 29.728 pessoas. Seguindo a orientação política do País e do Governo da RAEM de dar importância ao desenvolvimento dos jovens, em 2023, o CCAC tornou os jovens em destinatários principais das acções de sensibilização e aproveitou as vantagens da base de educação para a integridade junto da juventude para continuar a inovar, proporcionando acções de formação e actividades pedagógicas para a promoção da integridade inovadoras e interessantes, a fim de incentivar os jovens a interiorizar valores correctos, e transmitindo, de forma activa e contínua, mensagens de integridade e de rejeição da corrupção junto de diferentes destinatários, através do recurso a vários tipos de vídeos.

Com a reabertura das fronteiras de Macau ao exterior, em 2023, o CCAC visitou sucessivamente o Gabinete dos Assuntos de Hong Kong e Macau junto do Conselho de Estado, a Comissão Nacional de Supervisão, o Supremo Tribunal Popular, a Suprema Procuradoria Popular, o Ministério da Segurança Pública, as Comissões de Supervisão de várias províncias e cidades do Interior da China, bem como o ICAC de Hong Kong e o Office of the Ombudsman de Hong Kong. Por outro lado, o CCAC recebeu também delegações de alguns órgãos congéneres do Interior

da China, de Hong Kong e de outros países e regiões, com vista a promover o intercâmbio e a cooperação bilateral e regional.

O CCAC cumpriu também, de forma rigorosa, os seus deveres como membro de diversas organizações internacionais e regionais, destacando, de forma activa, pessoal para participar em várias reuniões, seminários e workshops organizados, nomeadamente pela Associação Internacional de Autoridades contra a Corrupção (IAACA), pela Iniciativa contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico (ACI), pela Rede Operacional Global de Autoridades contra a Corrupção (GlobE Network), pelo Instituto Internacional do Ombudsman (IOI), pela Associação do Ombudsman Asiático (AOA), pelo Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG) e pelo Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), a fim de acompanhar de perto o desenvolvimento da promoção da integridade a nível internacional. Além disso, o CCAC participou ainda no 3.º Fórum “Uma Faixa, Uma Rota” para a Cooperação Internacional - Debate temático “Rota da Seda Íntegra”, organizado pela Comissão Nacional de Supervisão em Pequim.

Em 2023, em articulação com a participação do País nos trabalhos de avaliação da conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, o CCAC continuou a participar, de forma virtual e presencial, juntamente com a delegação nacional, nas respectivas reuniões realizadas em Viena, Áustria. Além disso, o CCAC participou ainda na “10.ª sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção”, que teve lugar em Atlanta, Estados Unidos da América.

Em 2024, o CCAC promoverá, activamente, iniciativas para a promoção da integridade, continuando a procurar novas ideias no âmbito da prevenção e combate à corrupção e do aperfeiçoamento dos respectivos regimes, bem como empenhar-se-á na concretização dos objectivos definidos no 2.º Plano Quinquenal e nas Linhas de Acção Governativa, no que diz respeito à construção de uma sociedade íntegra.



Em 2023, o Comissariado da Auditoria (CA) divulgou o "Relatório de Auditoria da Conta Geral de 2022" e os seguintes três relatórios de auditoria de resultados:

"Obra de Construção da Box-Culvert e da Estação Elevatória de Águas Pluviais do Norte do Porto Interior" - constatou-se que os serviços públicos em causa não foram capazes de efectuar uma boa coordenação e gestão dos trabalhos, nem tiveram uma boa comunicação no que diz respeito à cooperação interdepartamental e, em resultado, perderam o melhor momento para aperfeiçoar o projecto de obra. O relatório referiu ainda que, após a conclusão da construção da Estação Elevatória do Norte do Porto Interior ainda ocorreram no mesmo ano graves inundações causadas pela chuva intensa naquela zona, pelo que, a longo prazo, a Estação Elevatória do Norte do Porto Interior deixará de dar resposta. Tudo isto torna claro que o dinheiro público investido não surtiu os efeitos pretendidos.

Relativamente ao "Apoio financeiro atribuído pelo Fundo do Desporto a competições desportivas" - o relatório referiu que o Fundo do Desporto (FD) não elaborou regras para orientar os procedimentos para a concessão de apoio financeiro destinado a competições desportivas e para a sua fiscalização, assim como para a maior parte dos trabalhos de verificação de despesas dos projectos financiados. O FD tem a responsabilidade de assegurar o bom uso do erário público e o uso razoável dos recursos públicos, que, aliás, são princípios fundamentais da Administração Pública e elo fundamental na implementação de políticas.

"Falha no cabo eléctrico da Linha da Taipa do Metro Ligeiro" - conforme referido nos comentários gerais do relatório, a realização das obras públicas em Macau não depende apenas da sua adjudicação, ela depende também da contratação de entidades externas ou peritos capazes de fornecer serviços de concepção, supervisão e gestão de projectos de qualidade. Mas não basta apenas contratar entidades externas, é necessário que o serviço público seja capaz de estabelecer medidas razoáveis de supervisão e controlo para garantir que os serviços adjudicados sejam devidamente executados.

Além dos trabalhos de auditoria, em 2023 o CA participou nos seguintes eventos:

No dia 22 de Março, o comissário da Auditoria, Ho Veng On, reuniu-se com uma delegação liderada por Ma Xuebin, Chefe do Departamento de Auditoria da Província de Guangdong, que realizou uma visita ao CA, tendo as duas partes debatido questões específicas relacionadas com o reforço dos contactos e aprofundamento da cooperação.

O director dos Serviços de Auditoria (DSA), Neoh Hwai Beng, deslocou-se a Xangai, nos dias 17 a 20 de Abril, à frente de uma delegação da DSA, para um intercâmbio sobre a actividade de auditoria com os representantes da Delegação do Gabinete da Auditoria Nacional (GAN) em Xangai.

O comissário da Auditoria, Ho Veng On, deslocou-se a Pequim, no dia 9 de Junho, onde visitou o Auditor Geral do GAN, Hou Kai. Ambas as partes debateram sobre as técnicas de auditoria em Big Data, a formação de pessoal e a aprendizagem aprofundada da "auditoria de investigação", entre outros temas. O auditor geral, Hou Kai, transmitiu o espírito da primeira reunião do 20.º Comité Central de Auditoria do Partido Comunista da China, e citou os importantes discursos do Secretário-Geral, Xi Jinping, enfatizando a boa implementação da tarefa de auditoria na nova era e na nova jornada. O mesmo responsável frisou que o GAN

irá continuar a apoiar o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria de Macau, sobretudo no desenvolvimento da capacitação, e acrescentou que o CA deve apoiar o Governo da RAEM no aperfeiçoamento das capacidades e níveis de governação, a fim de melhor se integrar na conjuntura de desenvolvimento nacional e servir a estratégia de desenvolvimento nacional. Por sua vez, Ho Veng On afirmou que a “auditoria de investigação” está a ser promovida activamente pelas instituições de auditoria de diversas regiões, e o CA pretende também promover na sua equipa de auditoria a aprendizagem dos casos de processos específicos e dos pontos relevantes da referida auditoria, no sentido de explorar novas ideias e elevar a qualidade e a eficácia da auditoria, a fim de reforçar a importância do papel da auditoria pública.

O comissário da Auditoria, Ho Veng On, liderou, no dia 18 de Outubro, uma delegação à Conferência de Inovação e Desenvolvimento para a comemoração do 40.º aniversário da Universidade de Auditoria de Nanjing. Por esta ocasião, o mesmo responsável discursou na palestra intitulada Fórum de Auditor de Renome, e participou na entrevista-diálogo do programa “Factos e Razões” da Universidade, onde dialogou com professores e estudantes sobre como o trabalho da auditoria na promoção da concretização da boa governação da sociedade e o papel da auditoria pública na “promoção do desenvolvimento económico com alta qualidade, no aprofundamento da reforma, na padronização do funcionamento do poder, no combate à corrupção e na promoção de integridade”. O Comissário da Auditoria deu ainda a conhecer o regime de auditoria vigente em Macau, os trabalhos desenvolvidos pelo CA e partilhou pontos de vista e experiências relativos à gestão de uma instituição de auditoria.

O comissário da Auditoria, Ho Veng On, participou na XII Assembleia Geral da Organização das Instituições Superiores de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (OISC/CPLP) que decorreu, nos dias 8 e 9 de Novembro, na Guiné-Bissau. O evento teve como tema central “Comunicar e promover os valores e benefícios das instituições superiores de controle (ISC): comunicação eficaz e relação com as partes interessadas”, o qual foi sujeito a discussão por todos os representantes das ISC presentes. Ho Veng On fez uma apresentação sobre o mecanismo de comunicação do CA com as entidades auditadas, sublinhando que uma boa interacção contribuirá para a boa gestão dos recursos públicos.

O comissário da Auditoria, Ho Veng On, participou, nos dias 6 e 7 de Dezembro, no 7.º Fórum de Auditoria Guangdong-Hong Kong-Macau 2023, com o tema “Investigação sobre caminhos de realização da auditoria de big data com o apoio da tecnologia e respectivas tendências de desenvolvimento”. Durante o evento, discutiu com o Chefe do Departamento de Auditoria da Província de Guangdong e o Director da Auditoria de Hong Kong, assim como com outros participantes, sobre o reforço dos intercâmbios e cooperação entre as três regiões, tendo trocado opiniões sobre temas como a contribuição para a construção da Grande Baía.

A fim de que o pessoal da auditoria possa conhecer com precisão o posicionamento e os mais recentes requisitos da auditoria pública sob a nova conjuntura, os especialistas do GAN ministraram, nos dias 21 e 22 de Novembro, em Macau, o curso temático sobre a “Auditoria de investigação”, a “Auditoria de Investimento Público”, a “Auditoria de Fundos de Investimento do Governo”, entre outros temas.

Relativamente ao aprofundamento da auditoria apoiada pelas tecnologias de informação e comunicação, a subunidade relevante do CA continuou a consolidar, em 2023, as aplicações

do Programa Informático de Auditoria in loco (edição de Macau) e do Programa Informático para Verificação de Dados Electrónicos. Com base nas funcionalidades existentes no Programa Informático de Auditoria in loco (edição de Macau), foram adicionados e revistos as demonstrações contabilísticas automatizadas e os métodos de auditoria em resposta às necessidades do trabalho de auditoria, bem como foi acrescentada a funcionalidade de detecção de dados relacionados. Ademais, foram realizadas regularmente reuniões online com o Centro de Tecnologia Informática do GAN, para trocar opiniões sobre o funcionamento, a manutenção e o aperfeiçoamento do Programa, e, na sequência da realização de um grande número de validações de dados, procedeu-se à actualização do Programa com vista ao reforço das suas funções.

No domínio da divulgação, o CA deu continuidade aos “Encontros sobre a cultura de auditoria” dirigidos a formandos dos cursos de promoção das Forças de Segurança e a trabalhadores recém-admitidos na Administração Pública. Ao mesmo tempo, a convite dos serviços públicos, o CA sensibilizou o pessoal relevante para a consciência da boa aplicação do erário público, promovendo a melhoria do uso e gestão dos fundos financeiros e do desempenho dos serviços públicos, de modo a aprofundar a consciência de cooperação nos trabalhos de auditoria e de valorização do erário público por parte dos trabalhadores dos serviços públicos.

## Importantes e Grandes Processos Julgados pelos Tribunais, a Linha de Defesa Judicial Salvaguardada pelo Ministério Público

